



■ Custa a crer que o escandaloso atraso brasileiro seja a escolha de políticos necessitados de popularidade

Rumo à estação Bangladânia

Marcos Sá Corrêa

ATENÇÃO, SNI: está na praça finalmente uma idéia subversiva, coisa inédita sob o atual regime brasileiro. Sem nada de comunista e circulando numa semana em que as atenções poderiam se distrair com dois curiosos atentados formais ao repertório das crises políticas — primeiro, com o presidente José Sarney inaugurando programa de governo por abaixo assinado, depois com o general João Figueiredo cultivando manifesto oposicionista na estufa de um largo telhado de vidro —, ela se atirou sobre a “indigência intelectual do debate que se faz hoje no país” como um coquetel Molotov. No entanto, a aparência era modesta e inofensiva: o artigo “Brasil na contramão”, que o professor Mário Henrique Simonsen publicou na revista *Veja*, para dizer que os civis, empoleirados no poder desde 1985, estão embarcando à força os brasileiros “no trem-bala para Bangladânia, uma espécie de campo de concentração das utopias que combina a miséria de Bangladesh (121 dólares de renda per capita) com a opressão política da Albânia (menor taxa de oposição per capita do planeta, graças ao método de decapitação sistêmica dos adversários).

Os políticos não falaram muito do artigo de Simonsen — quem sabe, por mal-estar — mas nem por isso vão conseguir se livrar dele assim tão facilmente. A denúncia tem a dupla carga explosiva dos textos políticos que, com o peso da lógica, convencem na primeira hora a quem os lê e, com a leveza da caricatura, se encravam na memória de quem não os leu. Em princípio, pode-se supor que se,

em vez das opiniões pessoais ou da sua corriola, Figueiredo desfechasse contra o Palácio do Planalto as contas da Bangladânia, teria chances muito maiores de atingir Sarney, assim como Sarney, empunhando a acusação de Simonsen contra o PMDB, talvez o dividisse. Da maneira como as coisas aconteceram, ambos acabaram a semana segurando o documento errado.

O artigo do professor continua, portanto, solto na política brasileira e o primeiro a pegá-lo pode requerer, em seus termos, a patente do progressismo para qualquer movimento político — a começar pelos chamados “conservadores”. Parece contraditório, mas foi com um certificado semelhante nas mãos que, em 1964, a direita desdobrou o que era simplesmente um golpe para derrubar o presidente João Goulart num regime militar que, em nome da modernização, sentou em sua vaga uma dinastia de generais. Na época, a esquerda tinha planos para fazer disso aqui o melhor endereço do Terceiro Mundo. A direita, com a conversa de Brasil Potência, mais os canhões da tutela militar, podia até estar delirando, mas era politicamente imbatível.

A esquerda — que, como disse Simonsen, deriva seu prestígio político da suposição de que “tem exclusividade autoral sobre a noção de progressismo” — levou as últimas duas décadas na oposição para desfazer o equívoco de que modernização era programa de militar e os últimos dois anos do governo para restaurá-lo. Basta escolher a esmo entre notícias recentes para verificar que as autoridades de Bangladânia, além dos embaraços já conhecidos com o entulho do autoritarismo, também parecem perdidas entre a sucata do desenvolvimentismo. Eis um

país que, em dezesseis anos de luta-livre com os reatores nucleares, ainda não conseguiu tirar energia elétrica do átomo, mas já extraiu do célio num ferro-velho de Goiânia o segundo acidente com radioatividade do mundo. Com o mesmo anacronismo tecnológico que confere os brasileiros o recorde mundial de mortes no trânsito, sem que eles precisem operar a maior frota de veículos, ou lhes garante o campeonato internacional de acidentes de trabalho num mercado de empregos que está longe de ser o primeiro da terra. Aliás, nem o governo escapa de pagar o pedágio da ferrovia para Bangladânia — na medida em que havia um jatinho decrépito entre as causas da morte do ministro Marcos Freire, um pára-quadras suspeito no desastre com o chefe do Estado-Maior do Exército, general Fernando Pamplona, e uma infecção contraída em hospital público na agonia do presidente Tancredino Neves.

O atraso, não sendo propriamente de natureza abstrata, mas concreta, expõe seus inconvenientes de modo tão didático que, à primeira vista, chega a ser implausível que políticos, vivendo da popularidade, possam escolhê-lo. Ainda menos num mundo adequadamente descrito pelo professor Simonsen como “cada vez mais pragmático e menos ideológico”, onde “Mikhail Gorbachev parece um direitista diante da esquerda brasileira”, e, enfim, numa época onde já não existem superstições capazes de enfrentar a evidência de que “a lógica, embora inventada pelos gregos no Hemisfério Norte, também funciona abaixo do Equador”. Faltava, nesse caso, uma explicação para o anacronismo da esquerda brasileira — que Simonsen preferiu atribuir à necessidade de uma “recauchutagem intelectual”.

A causa pode estar entranhada em certas radiografias estatísticas da sociedade brasileira — a começar pela que divide os índices de cidadania nacional: 70 milhões de eleitores e 7,5 milhões de contribuintes. Um programa político que prometa podar no Estado os penduricalhos do “assistencialismo retrógrado” soa como música de harpa aos ouvidos de quem sustenta a opção preferencial pelos pobres via imposto de renda. Isso em qualquer lugar da terra — com a diferença de que, na Inglaterra de Margaret Thatcher, para citar o mais clássico dos exemplos de modernização política, votaram cerca de 26 milhões de pessoas nas últimas eleições e 24 milhões vão pagar impostos. Logo, mais de 90% dos eleitores são também contribuintes. No Brasil ocorre exatamente o contrário: quase 90% dos eleitores não são contribuintes — ou melhor, não se consideram, pois suam inconscientemente os impostos indiretos que o governo esconde nos preços finais do que eles compram.

A distância que separa nos brasileiros a fartura de títulos eleitorais e a escassez de carteiras do CPF é um produto híbrido do modelo econômico, responsável pelos abismos da distribuição de renda, com a raposice política que, durante os governos militares, levou-os a alistar eleitores a toque de caixa, para passar a si mesmos diplomas de erradicação do analfabetismo e adernar em direção do interior a representação política, supondo que nas capitais morava o voto oposicionista. O resultado é que um voto de acreano vale hoje o de vários paulistas. Apeliou-se essa trapaça, iniciada 10 anos atrás com o “pacote de abril”, equilibrar a Federação. Equilibrou-se tanto que, na Constituinte,

um primo de Sarney, deputado Albérico Cordeiro, afirma ter sob sua coordenação uma bancada de 282 votos — maioria absoluta do plenário, formada pelos parlamentares do Nordeste, do Norte e do Centro-Sul — regiões onde, como se sabe, reside a minoria do eleitorado brasileiro.

Esse eleitorado começou por dentro o regime militar, que montou um imenso aparato estatal para ser, ao mesmo tempo, modernizador, centralizado e autoritário, e acabou tendo que usar a maior parte de suas verbas e cargos para fazer favores políticos e comprar votos no balcão tradicional do clientelismo. O ex-ministro Delfim Netto calculava o custo das eleições de 1982, ano em que por sinal o país quebrou, em 500 mil empregos públicos de última hora. A isso o general Golbery do Couto e Silva deu o título de diástole e o professor Simonsen o rótulo de colapso “da máquina centralizada, farsaica, gastadora e irresponsável”. Com o agravante de que, no colapso passado, a diástole levou à abertura política, porque aconteceu no coração entupido do regime militar sitiado por 70 milhões de eleitores, em sua esmagadora maioria miseráveis. O próximo, ele deixa no ar, tenderia a enfartar a democracia.

Vinte anos atrás, quando hasteou o progressismo nos quartéis, a direita brasileira fabricou uma longa ditadura. Desta vez, ela podia ter a gentileza, ao resgatar sete e meio milhões de contribuintes do trem para Bangladânia, de pensar no que vai dizer para os outros 62 e meio milhões de eleitores capazes de confundir Bangladânia com roteiro turístico. Simonsen fez seu papel de economista. Papel de político é casar economia com voto.